

Como organizar a morte da minha mãe me fez virar doula do fim de vida

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Maria Luiza | 14 de maio de 2026



“Quando os exames pré-operatórios apontaram um nódulo no pâncreas, eu disse à minha mãe: ‘que bom, descobriu antes de operar. Aproveita e tira tudo de uma vez’. Não tinha ideia do que estava dizendo.

Minha mãe havia sido diagnosticada meses antes com câncer de ovário. O protocolo incluía cirurgia para retirada do aparelho reprodutor e meses de quimioterapia. Depois, vida normal.

A cirurgia foi feita. O peritônio, varrido. Baço, linfonodos e o nódulo do pâncreas, ressecados e biopsiados.

Quando o cirurgião oncológico nos chamou ao consultório para apresentar o resultado do exame imuno-histoquímico, disse que havia sido surpreendido. Aquele nódulo no pâncreas não era uma metástase. Era o câncer primário. As metástases estavam no ovário.

O cenário, então, se transformou. De um tratamento curativo, passamos a lidar com um tratamento paliativo.

Eu estava na metade da faculdade de Direito quando meu pai precisou de um transplante de fígado. Aprendi cedo o que significa enfrentar o sistema de saúde com alguém que se ama

do outro lado –a espera, o processo judicial para medicamentos de alto custo, a mudança de cidade enquanto o órgão não chega.

Quando me formei, minha psicóloga me perguntou se eu já tinha ouvido falar em direito médico. Pesquisei e entendi que não, nunca tinha ouvido falar, mas era exatamente o que eu estava fazendo com meu pai. Decidi, como advogada, seguir por esse caminho.

Foram anos de demandas contra planos de saúde, acesso a medicamentos, leitos de UTI. Eu conhecia hospitais por dentro. Sabia como pedir, como pressionar, como esperar. Ao menos, eu achava que sabia. Até minha mãe adoecer.

Ela era lúcida sobre o que acontecia com o corpo dela. Usava a palavra morrer –não ‘partir’, não ‘ir embora’. Era espírita e nunca pediu a cura. Pedia qualidade de vida enquanto vivesse.

O prognóstico para câncer de pâncreas é de seis a oito meses. Ela viveu quase seis anos a partir do diagnóstico, em 2015. O que sustentou a sobrevivência foi uma quimioterapia formulada para ovário –o tumor, como o médico descreveu, era como um cachorro que cacareja como galinha. Embora pancreático, o comportamento era de câncer ovariano. A gente aproveitou esses anos.

Nunca vou esquecer a primeira viagem que fizemos ao Rio depois do diagnóstico. Ela era apaixonada pelo mar e achava que nunca mais o veria. Lembro de sairmos do metrô em Ipanema. Quando avistou o oceano, começou a chorar. Queria colocar os pés na água, mas estava imunossuprimida. Não podia. E nessas horas temos de analisar os pormenores da situação: o benefício para o bem-estar dela superava qualquer risco de contato com a areia da praia. E assim foi.

Ainda a levei ao bar do Carlinhos de Jesus –de quem era fã–, na Lapa, e combinei que ele dançaria com ela. Ela quase morreu de felicidade naquele dia.

Em 2017, minha mãe assistiu a uma reportagem sobre o programa

Sempre Vivo, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que estimulava a doação de corpos para pesquisa. Decidiu que queria doar o próprio. Só ela, meu pai e eu sabíamos.

Em janeiro de 2021, ela estava internada após um quadro de dor muito agudo. Disse: 'minha filha, não há nada que possam fazer por mim aqui. Quero dormir. Quero morrer na minha casa, na minha cama, com seu pai do lado. E de preferência, sem que você esteja lá.'

Ela era a pessoa mais importante da minha vida. Faria tudo para mantê-la aqui, mas não podia ser egoísta. Aquele corpo sobre aquela cama não era o corpo de Luzia. Era um corpo que não a comportava mais.

Ela teve alta. Eu voltei para Curitiba, onde morava, à época.

Na terceira semana de março daquele ano –ano em que ela morreu–, minha mãe me enviou uma mensagem pedindo que eu comprasse uma cama para meu pai, para quando ele viesse morar comigo.

No dia seguinte, ligou para o cartório para perguntar onde se lavra a certidão de óbito quando alguém morre em casa. Depois, ligou para o cemitério. A funcionária perguntou do que ela ia morrer. 'De câncer', respondeu. E emendou perguntando se daria para guardar o corpo por até 36 horas. A funcionária assentiu. Minha mãe, então, concluiu o papo: 'Ótimo, dá tempo de minha filha vir de Curitiba.'

Dois dias depois, era segunda-feira, e ela pediu que meu pai providenciasse o que viria a ser sua última refeição: pão com mortadela e refrigerante –combinação pela qual ela era apaixonada.

Na sexta-feira, não consegui falar com ela. À tarde, recebi uma mensagem: os exames não estavam bons, precisaria internar. Não havia ambulância disponível –era pandemia. O apartamento ficava no terceiro andar de um prédio sem elevador. Agendamos

uma ambulância para as sete. Às seis e dez, meu pai ligou: 'filha, sua mãe está morrendo'.

Pedi uma chamada de vídeo. Quando ele ligou, vi minha mãe deitada, a boca já entreaberta, a respiração alterada. Eu repetia sem parar 'mãe, fala comigo, eu te amo'. Meu pai apoiou o telefone sobre a mesa de cabeceira. Era verão. Eu só via as pás do ventilador de teto girando. A chamada caiu. Ele me ligou de volta. 'Filha, ela morreu.'

Não havia voo naquela hora. Fui de carro de Curitiba a Juiz de Fora. Passei mal no caminho.

Antes de chegar, parei o carro na beira da estrada. Troquei de roupa. Coloquei um vestido dela que eu carregava comigo. Me maquiei, porque ela dizia: 'ai de você se chegar feia no meu velório'.

Era um dia de céu azul, cheio de sol. Como ela merecia. Luzia, minha mãe, tinha luz no nome.

Ao final do velório, reuni as pessoas na capela. Uma amiga do centro espírita fez uma oração. Agradei a presença de todos e informei que não haveria enterro. Todos se entreolharam. Contei, então: 'minha mãe doou o corpo para pesquisa'. A capela veio abaixo. Alguém murmurou: 'isso só podia ser coisa de Luzia'.

Seguimos em cortejo até a universidade. A coordenadora do departamento de anatomia, Alice, estava lá para nos receber –ela havia sido localizada por uma cadeia improvável de telefonemas durante a pandemia, de vizinho em vizinho, até que alguém tinha o número particular dela. Alice nos disse que, a partir do último uso, o corpo poderia servir à pesquisa por quase quarenta anos.

Minha mãe morreu com 62 anos. Ela sempre disse que viveria até os cem. De alguma forma, vai.

Os primeiros dias foram muito procedimentais. Guardar roupas, desmontar rotinas. Sou filha única. Éramos muito próximas, e o adoecimento nos aproximou ainda mais. Quando tudo acabou e o cronograma que havíamos construído juntas chegou ao fim, não soube o que fazer a seguir.

O luto foi violento. Encontrei uma psicoterapia especializada em luto em Curitiba. Ao entrar no site da clínica e descobrir que os terapeutas haviam atuado com as vítimas do incêndio da Boate Kiss, pensei: para quem faz o máximo, o mínimo vai ser tranquilo.

Foi nesse processo que ouvi falar pela primeira vez em doula da morte. E não apenas ouvi falar como entendi que o conceito era a teoria de uma prática que eu executei com a minha mãe.

A palavra doula vem do grego e significa mulher que serve. Mais conhecida no contexto do parto, a mesma lógica se aplica ao outro extremo da vida. A doula do fim de vida acompanha pessoas em processo de finitude e suas famílias, oferecendo suporte não clínico: presença, escuta, organização prática, mediação entre família e equipe de saúde, elaboração de documentos de legado, rituais de despedida.

Não é médica. Não administra medicamentos. Não interfere nas decisões clínicas. Faz o que a equipe de saúde frequentemente não tem tempo para fazer: fica; escuta; ajuda a resolver burocracias; acolhe familiares.

Em 2022, concluí minha formação pela AmorTser, primeira escola de doulas da morte no Brasil. Passei a equilibrar o escritório de advocacia com a atuação como doula. Em 2025, defendi minha dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná: Doulas da morte no contexto das políticas públicas de cuidados paliativos. A conclusão foi que a inclusão dessas profissionais no Sistema Único de Saúde é juridicamente possível e eticamente desejável.

O centro da doulagem, aprendi na prática, é ser guardiã da

vontade da pessoa. Estar ali para lembrar o que ela disse que queria. Quando minha mãe mencionou que teria de voltar ao hospital, fui eu quem lembrou: 'mas você não queria voltar'. Ela morreu como havia pedido. Em casa, na cama dela, com meu pai ao lado, sem que eu estivesse lá. Nos próprios termos.

Quando uma família me contrata, raramente é o paciente quem liga. Quase sempre é um filho, um cônjuge, um irmão; a família que chegou sozinha ao entendimento de que algo grave está acontecendo, mas não consegue nomear o que precisa. Às vezes o paciente está em processo ativo de morte. Às vezes está em terminalidade avançada e a família ainda não processou.

Faço uma reunião prévia com os familiares. Depois, se necessário, vou até o hospital. Entendo o quadro clínico com a equipe. Identifico o que aquela família precisa para atravessar aquele momento sem colecionar arrependimentos.

Há alguns meses, acompanhei uma família em Brasília, onde moro hoje. A paciente estava internada numa oncologia sem cuidados paliativos. Tinha dois filhos pequenos. A preocupação da família era com as crianças: como incluí-las? O horário de visita era no final da tarde, quando a paciente já estava sonolenta pela medicação. Conversei com a equipe. Conseguimos autorização para uma visita pela manhã. A filha mais nova levou um desenho. O mais velho levou um cartão. Tiraram foto juntos.

Não me reúno com crianças. Nesse caso, as encaminhei para um psicólogo infantil. A doula precisa saber até onde vai.

Uma das ferramentas mais importantes no acompanhamento de fim de vida é a Diretiva Antecipada de Vontade –um documento em que a pessoa registra suas preferências para quando não puder mais se manifestar. O que quer em caso de parada cardiorrespiratória. Se aceita intubação. Que músicas gostaria de ouvir. Com quem quer ou não quer estar. A roupa que escolheu para ser velada.

É um documento simples. Não faz disposição patrimonial. Mas, desde o estatuto do direito do paciente, ganha segurança jurídica quando registrado em cartório e anexado ao prontuário.

Minha mãe não teve uma diretiva formal. Mas teve algo equivalente: conversas longas, repetidas, precisas. Ela foi construindo isso comigo ao longo do tempo. Eu não sabia ainda que isso tinha nome.

Em abril de 2026, o deputado Aureo Ribeiro apresentou o Projeto de Lei 1845, que regulamenta a profissão de doula do fim de vida no Brasil. O texto prevê que hospitais, unidades de pronto-atendimento e instituições de longa permanência para idosos devem permitir a presença da doula quando solicitada pelo paciente ou seus representantes legais, sem cobrança adicional pelas instituições.

Quando li o projeto pela primeira vez, pensei em Luzia. Ela não precisou de uma lei para morrer nos próprios termos. Teve sorte. Teve um marido que entendeu. Teve uma filha que aprendeu, mesmo a custo, a respeitar o que ela queria.

A maioria das pessoas não tem isso. É para elas que trabalho.”

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
14/05/2026/06:26:02

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Por que os criadores de conteúdo precisam humanizar o texto gerado por IA para manter o tráfego orgânico?](#)